



Além da edição impressa, as notícias do Agronegócio são publicadas diariamente no site do JC. Aponte a câmera do celular para o QR Code e acesse.
www.jornaldocomercio.com/agro



Estado prepara pacote de socorro a arrozeiros

Proposta prevê apoio a produtores afetados por enchentes, isenção da taxa CDO e equiparação do ICMS ao Paraná

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

O governo do Rio Grande do Sul deve apresentar, nos próximos dias, um pacote de medidas para amenizar os efeitos da crise enfrentada pelo setor orizícola, uma das mais severas das últimas décadas. A proposta em discussão inclui a destinação de R\$ 38 milhões em recursos do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga) para fortalecer as exportações e apoiar produtores atingidos por eventos climáticos. Paralelamente, seguem em análise a isenção da Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura (CDO), cobrada por saca, e a redução da alíquota de ICMS, com base no modelo paranaense de incentivos fiscais.

A crise de preços, que reduziu em mais de 50% o valor pago ao produtor na comparação com o ano passado – chegando a patamares inferiores ao preço mínimo definido pela Conab –, motivou uma série de reuniões entre entidades do setor, deputados estaduais e representantes do governo do Estado. Nesta quarta-feira, o governador Eduardo Leite ouviu os principais pleitos e deu o aval para a elaboração de um projeto de lei do Executivo para viabilizar o uso emergencial de recursos do Irga.

O aporte de R\$ 38 milhões será dividido em dois eixos. Um deles, de R\$ 20 milhões, voltado ao incentivo à comercialização

externa do arroz, tanto para exportações quanto para operações interestaduais. O outro, de R\$ 18 milhões, deverá atender cerca de 1,8 mil produtores afetados pela catástrofe climática de 2024, em caráter de auxílio direto. O governador pediu prioridade na finalização dos estudos e na formatação do projeto. A ideia é garantir agilidade, dentro dos limites jurídicos e orçamentários do Irga.

Os valores sairão do orçamento anual do Instituto, que gira em torno de R\$ 150 milhões e é financiado pela arrecadação da taxa CDO. Por isso, a proposta de isentar ou compensar a cobrança da contribuição ainda está em avaliação técnica, devido ao impacto que traria às contas da autarquia. O Irga está fazendo a análise jurídica e financeira para equilibrar os pleitos do setor com as responsabilidades do governo.

Na Assembleia Legislativa, há necessidade de encaminhamento rápido do projeto à Assembleia Legislativa, com regime de urgência até 10 de novembro, para que possa ser votado ainda neste ano. É que a situação requer agilidade. O próximo ano é de eleições proporcionais, o que impõe restrições na concessão de incentivos e recursos públicos.

Entre as demais demandas do setor está a equiparação da alíquota de ICMS do arroz com a do Paraná, adotando incentivos fiscais concedidos por aquele estado, sob as mesmas condições, conforme



JOEL VARGAS/PALÁCIO PIRATINI/DIVULGAÇÃO/JC

Objetivo é reduzir a diferença de competitividade entre estados e melhorar escoamento do produto gaúcho

permitido pela legislação federal. O objetivo é reduzir a diferença de competitividade entre os estados e melhorar as condições de escoamento do produto gaúcho.

As entidades que participaram da reunião – entre elas Federarroz, Fearroz, Sindapel, Sindarroz e Farsul – defendem que a crise atual exige medidas emergenciais e estruturantes. Para o presidente da Federarroz, Denis Nunes, o encontro com o governador foi positivo e trouxe avanços.

“A reunião foi muito positiva, porque foram dados encaminhamentos para estudo e nada foi negado. A questão da subvenção através do CDO está bem adiantada, só basta nós formatarmos e partir para a formulação da legislação”, observou Nunes.

A reunião contou ainda com representantes da Casa Civil, da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Relações Institucionais, além de lideranças parlamentares e produtores. O governo deve definir nos próximos dias se o

projeto de lei contemplará apenas o aporte emergencial ou se também incluirá algum tipo de diferenciação temporária na cobrança da CDO para operações de exportação. Enquanto isso, no plano federal, a Conab já anunciou a liberação de R\$ 300 milhões em medidas de apoio ao setor, como a aquisição de arroz e o pagamento de prêmios de escoamento, reforçando o esforço conjunto para reverter a crise que afeta produtores e indústrias em todo o Estado.

Fetag-RS promove a Agrifam 2025 no Largo Glênio Peres

O Largo Glênio Peres, no Centro de Porto Alegre, abriga, de 3 a 8 de novembro, a terceira edição da Feira da Agricultura Familiar (Agrifam). O evento é promovido pela Fetag-RS, com entrada franca. O apoio é da Emater/RS-Ascar, da Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR). A realização de uma feira para comercialização de produtos da agricultura familiar no coração da Capital era um sonho antigo da Fetag-RS, que só se viabilizou em 2023, contou o vice-presidente da Fetag, Eugênio Zanetti, em visita ao Jornal do Comércio. Desde então, o evento vem crescendo em número de famílias participantes e faturamento. Em 2024, a feira movimentou R\$ 1,7 milhão, com produtos de 94 expositores.

Neste ano, serão 100 expositores na mostra – 30% a mais do que na primeira edição –, com produtos coloniais, agroindustrializados, artesanatos e flores, oriundos de 60 municípios. Desses, 30 participam pela primeira vez, e 70 empreendimentos têm a participação de jovens nas propriedades.

A feira, agora com novo layout, tem como meta principal ampliar a visibilidade da agricultura familiar e fortalecer os laços entre produtores e o público consumidor. Entre os destaques estarão produtos como queijo com butiá, salame com pinhão e doce de leite com licor de morango, que fizeram sucesso na Expointer. Os estandes estarão abertos das 8h às 19h.

Setor lácteo pede proteção ao produto nacional

Produtores, indústrias e lideranças do setor lácteo iniciaram nesta quinta-feira (30/10) um movimento coletivo em defesa do leite brasileiro. Organizado pelo Conselho de Defesa do Leite/RS, o esforço busca conter o ingresso excessivo de leite importado, que vem desequilibrando o mercado nacional e ameaçando renda e empregos no campo e nas cidades.

Em documento enviado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva; ao vice-presidente Geraldo Alckmin; aos ministros da Agricultura, Carlos Fávero; do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira; e de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann; além do diretor da Conab, Edegar Pretto, o colegiado solicita três medidas emergenciais de apoio ao setor produtivo.

A primeira é a adoção de um

benefício fiscal para indústrias que adquirirem leite em pó produzido no Brasil, tornando sua compra mais competitiva em relação ao produto importado. Atualmente, supermercados e indústrias alimentícias, como fabricantes de pães e chocolates, são os principais importadores de leite em pó.

O segundo prevê a compra governamental de, no mínimo, 100 mil toneladas de leite em pó nacional, destinadas a programas sociais e escolas. O terceiro requer a

aplicação de uma sobretaxa emergencial de 50% sobre leite em pó e queijo muçarela importados da Argentina e do Uruguai, pelo período de 36 meses. Para o coordenador do Conselho de Defesa do Leite, Darlan Palharini, a mobilização busca sensibilizar o governo para as dificuldades enfrentadas por produtores e indústrias. “O problema não é novo, mas chegamos a um ponto crítico. Não há como competir com a avalanche de leite e queijos do Prata que chega ao Brasil.”



“A Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – METROPLAN, no uso de suas atribuições legais, conforme o Art. 62 do Decreto nº 39185/98, informa que à zero hora de terça-feira, dia 04 de Novembro de 2025, serão reajustadas as tarifas do Sistema Estadual de Transporte Inter municipal de Passageiros da Aglomeração Urbana do Litoral Norte (TIP AULINOR), em 8,9921%, devido ao reajuste tarifário de 2025, conforme homologado pela Resolução Decisória do Conselho Superior da AGERGS nº 844/2025, de 28/10/2025”

Francisco Hörbe
Superintendente da Metroplan
Porto Alegre, 31 de outubro de 2025